

Espaço público

As escolas precisam de mais autonomia e, sobretudo, de efectiva autonomia. Ou seja, precisa que as deixem trabalhar

Mudar de rumo: seis propostas para a Educação

É nos tempos de crise que se prepara o futuro. A conjugação desses tempos de crise com a realização de eleições legislativas mais nos desafia a olhar em frente, a elaborar novas propostas e a preparar o caminho para que elas se venham um dia a tornar realidade. É este contexto das seis propostas que se apresentam.

As escolas precisam de paz para realizar a sua missão principal: desenvolver as aprendizagens e criar espaços de bem-estar e felicidade para aqueles que nela trabalham e estudam. Para que isso aconteça, o cerne de toda a acção pública deve estar no desenvolvimento da democracia, enquanto argumentação pública e capacidade para reforçar a participação de todos. Neste plano, há medidas que se impõem: (i) o estabelecimento de modelo de resolução de conflitos assente na concertação social; (ii) a revisão, a prazo, do modelo de gestão das escolas e das universidades, reintroduzindo maiores níveis de participação dos actores educativos.

Os professores precisam de sentir que a sociedade e os poderes públicos confiam na sua acção. Nos últimos anos, assistiu-se a uma perda sistemática de confiança no trabalho dos professores. A resposta encontrada pelos governos foi no sentido de implementar um conjunto de medidas, todas elas centradas em torno do conceito de *accountability*, que Steve Ball designa por *terrores da performatividade*: relatórios atrás de relatórios, justificações atrás de justificações, avaliações atrás de avaliações. Não importa fazer, importa dizer que se faz. Não se trata de os professores deixarem de prestar contas perante a sociedade ou de (não) serem avaliados. Trata-se de criar um ambiente global de confiança, de valorização do trabalho desenvolvido, de cooperação e de criação de equipas educativas, de reforço das formas de trabalho colegial, incluindo no plano geracional. Trata-se de respeitar (e fazer-se respeitar) a autoridade dos professores. Este clima de confiança materializa-se na revisão do modelo de avaliação dos professores, mas também em múltiplos sinais de natureza simbólica.

A educação precisa de um outro modelo de Governo,



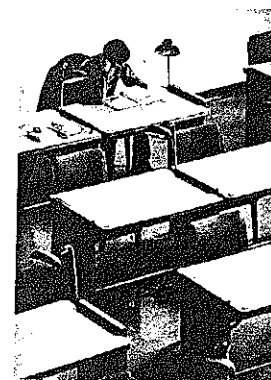
António Teodoro

que repolitize o debate educativo e despartidarize as estruturas administrativas. Nos últimos anos, o debate educativo ficou aprisionado por um modo de governação que se baseia sobretudo na tomada de decisão com base nas "evidências" geradas pelos grandes inquéritos comparativos internacionais. As decisões assentam em escolhas sociais e essas são eminentemente políticas. Mas a uma repolitização do debate deve corresponder uma despartidarização das estruturas administrativas, consideradas coutada do(s) partido(s) que está(ão) no Governo.

A administração da Educação (incluindo o ensino superior) necessita de novos protagonistas e de novas estruturas, mais simples e competentes. A ineficácia da administração da Educação é um dos principais cancos do despesismo nacional. Fundir num único ministério a Educação e o Ensino Superior (com a Ciência) é, seguramente, a primeira das medidas a tomar. Na estrutura do antigo Ministério da Educação, a medida mais emblemática e importante deve ser o acabar com as direcções regionais, reforçando, em simultâneo, as competências técnicas e de coordenação das direcções-gerais. Na estrutura do antigo MCTES, acabar com a A3ES é uma medida de salubridade, pois esta agência transformou-se no maior entrave ao desenvolvimento de uma política de relevância social na oferta de educação superior.

As escolas precisam de mais autonomia e, sobretudo, de efectiva autonomia. Ou seja, as escolas necessitam que as deixem trabalhar, sem que se procure regular ao mais ínfimo pormenor todos os aspectos da vida escolar. Retomar a proposta dos contratos de autonomia, instituir mecanismos de prestação de contas e de avaliação predominantemente formativos, a par da difusão de boas práticas, são novos modos de encarar o relacionamento com as escolas que se devem construir paulatinamente.

A actual rede de ensino superior público (universidades e institutos politécnicos) é inadequada e deve merecer amplo debate nacional. Uma excessiva intervenção do ministério tem obstaculizado um debate no sentido de repensar não apenas a opção dual de organi-



Uma mudança de rumo na educação implica, nomeadamente, o retorno a políticas que tenham o emprego e a coesão social como eixos centrais

apresentam as políticas de educação como uma espécie de paliativos destinados a minorar políticas económicas e sociais geradoras de maiores desigualdades, de desemprego elevado e de maior injustiça social. Uma mudança de rumo na educação impõe uma mudança de rumo nas políticas económicas e sociais. Implica, nomeadamente, o retorno a políticas que tenham o emprego e a coesão social como eixos centrais. É possível uma alternativa. Mas é preciso que se trabalhe para ela, com tempo e abertura de espírito. *Director do Instituto de Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*

zação do ensino superior mas também a dimensão das instituições. Sendo um debate que tem subjacente a possibilidade de algumas universidades poderem competir no primeiro escalão do espaço europeu de ensino superior, tal não pode significar uma dicotomização do tipo de universidades, onde umas têm I&D e estão direccionadas para os 2.º e 3.º ciclos de Bolonha e outras têm basicamente 1.ºs ciclos e alguns 2.ºs ciclos. As dicotomias entre universidades de massas e universidades de elites, entre universidades de investigação e instituições de ensino, são falsas dicotomias que não ajudam a reforçar a qualidade e relevância social da formação superior.

Mas a educação não é uma ilha. Demasiadas vezes os actores políticos